



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Inquérito DIAP de Lisboa

Ao abrigo do disposto no art. 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

No âmbito de um inquérito em investigação no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, estão em curso diversas buscas domiciliárias e não domiciliárias na zona da Grande Lisboa e em Portalegre.

As buscas decorrem em vários locais, incluindo na Secretaria-Geral e no Museu da Presidência da República

No decurso das diligências foi detido o diretor do Museu da Presidência, o qual será presente ao juiz de Instrução Criminal.

Participam na operação oito magistrados do Ministério Público e cerca de três dezenas de elementos da Polícia Judiciária (PJ).

No inquérito, iniciado em abril de 2015, investigam-se suspeitas de favorecimento de interesses de particulares e de empresas com vista à obtenção de vantagens económicas indevidas e suspeitas de solicitação de benefícios como contrapartida da promessa de exercício de influência junto de decisores públicos. Investigam-se, igualmente, o uso de recursos do Estado para fins particulares, a apropriação de bens móveis públicos e a elaboração de documento, no contexto funcional, desconforme à realidade e que prejudicou os interesses patrimoniais públicos.

Em causa estão factos suscetíveis de integrarem os crimes de tráfico de influência, falsificação de documento, peculato, peculato de uso, participação económica em negócio e abuso de poder.

Nesta investigação, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

O inquérito encontra-se em segredo de justiça

Lisboa, 30 de junho de 2016

O Gabinete de Imprensa